



Psicologia e educação rural na obra de Helena Antipoff: um olhar sobre o passado

Psychology and rural education in the work of Helena Antipoff: a look at the past

**Alberto Mesaque Martins
Rosely Carlos Augusto
Maria Isabel Antunes-Rocha**
Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Resumo

Helena Antipoff muito contribuiu para o desenvolvimento dos estudos e pesquisas em Psicologia e Educação no Brasil. Ao vislumbrar sua produção bibliográfica, percebe-se seu interesse pelo meio rural e pela aplicação da Psicologia à formação de professores para atuação nestes espaços. Este estudo teve por objetivo refletir sobre as concepções de "rural", "escola" e "educação" presentes na obra de Helena Antipoff. Foram analisados textos do quarto volume da Coletânea de Obras Escritas de Helena Antipoff, intitulado Educação Rural. Na perspectiva antipoffiana, o meio rural é percebido como local propício ao ensino e aprendizagem, sendo eleito como local de sua atenção e implementação de estratégias pedagógicas. Helena Antipoff defendia o desenvolvimento de um modelo democrático de educação que pudesse contribuir com a população rural brasileira. Revisitar sua obra faz-se necessário num momento de grandes debates sobre a inclusão e ampliação de políticas públicas de educação e aplicação dos conhecimentos psicológicos a novos contextos.

Palavras-chave: Helena Antipoff; educação rural; história da psicologia

Abstract

Helena Antipoff greatly contributed to the development of studies and research in Psychology and Education in Brazil. By glimpsing his academic output, it is possible to see his interest in the rural areas and the application of psychology to teacher training for acting in these spaces. This study aimed at reflecting on the concepts of "rural", "school", and "education" present in the work of Helena Antipoff. We analyzed the texts of the fourth volume of the "Coletânea de Obras Escritas de Helena Antipoff" entitled "Educação Rural". In antipoffiana perspective, the rural environment is perceived as a conducive place to teaching and learning, being elected as a place of her attention and implementation of teaching strategies. Helena Antipoff advocated the development of a democratical model of education that could contribute to the rural population. Revisiting her work is necessary at a time of great debates about inclusion and expansion of public education policies and application of psychological knowledge to new contexts.

Keywords: Helena Antipoff; rural education; history of psychology

Introdução

Neste estudo, procuraremos refletir sobre alguns aspectos da concepção educativa de Helena Antipoff voltada para o meio rural. O trabalho foi desenvolvido como uma ação de pesquisa no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo e



Sustentabilidade – EduCampo - sediado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG). O EduCampo se organiza como um conjunto de ações nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e publicação. Conta com uma Equipe formada por professores, estudantes de pós-graduação e graduação, integrantes de movimentos sociais, de órgãos governamentais e não-governamentais.

Helena Antipoff (1892-1974), psicóloga e educadora russa, muito contribuiu para o desenvolvimento dos estudos e pesquisas em Psicologia e Educação no Brasil. Apesar de não utilizar o termo “Psicologia da Educação” em seus escritos, sua obra reflete seu interesse em sistematizar conhecimentos por uma Psicologia aplicada à Educação (Lourenço, 2001). Suas idéias, convicções e práticas explicitam o seu desejo em construir uma Psicologia enraizada ao contexto no qual está inserida, considerando suas singularidades.

Ainda hoje é recorrente associar seu trabalho ao estudo da criança excepcional, portadora de deficiências físicas ou mentais. Todavia, ao vislumbrar sua produção bibliográfica, percebe-se o interesse desta autora pela aplicação dos conhecimentos psicológicos à formação de professores, sobretudo para atuação no meio rural (Nassif & Nunes, 2008). Pouco se comenta sobre sua presença no palco dos debates, propostas e ações relacionados à educação rural. No entanto, o trabalho desenvolvido na Fazenda do Rosário, na cidade de Ibirité, em Minas Gerais, deixa entrever não apenas a valorização da vida no meio rural, mas também uma constante preocupação com o tipo de escola e processo educativo a ser desenvolvido neste contexto (Augusto & Rocha, 1994)

Helena Antipoff – suas histórias

Helena Wladimirna Antipoff, filha de Wladimir Vassilevitch Antipoff e de Sofia Constantinovna Antipoff, nasceu em Grondo, na Rússia, em 25 de março de 1892. Filha de uma família culta e abastada financeiramente recebeu uma educação alicerçada no modelo aristocrático russo. Parte de sua formação aconteceu em sua própria residência, onde teve contato com a biblioteca de seu pai e nela obras dos principais autores russos, como Puchkine, Turguenev e Tolstoi, sendo este último grande defensor de um estilo de vida simples e próximo à natureza (Campos, 2001).

Tolstoi, em 1850, preocupado com a precariedade da educação no meio rural russo, funda na cidade de Iasnaia Poliana, uma escola voltada para os filhos dos camponeses. Ali, o escritor demonstrava seu horror à pedagogia hegemônica, priorizando um ensino menos coercitivo e punitivo, valorizando as atividades participativas e ao ar livre (Manacorda, 1995). De acordo com Manacorda (1995) o autor preferido de Antipoff problematizava a relação entre instrução e transformação social, defendendo e divulgando os ideais de Rousseau, que posteriormente viria a ocupar um importante lugar na obra antipoffiana.



Outro evento merece destaque em sua biografia. Aos 13 anos, Helena Antipoff é procurada por uma menina pobre a fim de aprender a ler e a escrever. Este seria o seu primeiro serviço remunerado enquanto professora. Todavia, dada as condições da menina, foi instruída pelo pai a não cobrar pelo serviço. Seu biógrafo ressalta a significação desse fato em toda a sua trajetória profissional:

Esse incidente deixa-lhe pela vida um gosto mais do que desagradável com referência à remuneração. Nunca mais foi capaz de cobrar de particulares, serviço cultural, aplicação de testes. Desiste de uma vez por todas de ter consultório psicológico e sempre prefere o serviço público (D. Antipoff, 1975, p. 22).

Respirando os ares da Revolução que se aproximava, Helena Antipoff, em sua adolescência presenciou debates e manifestações políticas que discorriam, dentre outras questões, sobre a supremacia da monarquia rural sobre os trabalhadores deste contexto. Lourenço (2001) aponta que na adolescência, a educadora e suas amigas, frequentemente assistiam e discutiam as peças de Gogol, escritor russo, que em suas dramatizações criticava o modo de funcionamento da burguesia russa e problematizava a relação entre os fidalgos donos de terra e os camponeses.

Em 1909, com a separação dos seus pais, a autora muda-se para Paris. Lá, realiza um exame de equivalência para obter o diploma de Curso Secundário e Normal. Em 1911, já estava matriculada na Sorbonne, caloura no curso de Medicina. Em detrimento das disciplinas de Anatomia e Fisiologia, desenvolvia um grande interesse pela Sociologia e Ciências Humanas. Concomitante passa a freqüentar o Colégio da França (*Collège de France*), onde possui os primeiros contatos com os estudos de Pierre Janet, Bergson, Theodule Ribot, dentre outros acadêmicos que, naquele momento, debruçavam-se sobre as ciências psicológicas (D. Antipoff, 1975).

No primeiro ano do curso de Medicina, Helena Antipoff se apresenta ao professor Théodore Simon, que assumira o Laboratório de Pedagogia Normal dado a morte do professor Alfred Binet e é recebida como nova integrante deste importante grupo de pesquisas. Binet e Simon desempenharam um significativo papel na história da Psicologia, através do desenvolvimento de testes psicológicos, dedicando-se ao estudo da inteligência infanto-juvenil e na elaboração de possíveis soluções para o problema da educação de crianças com déficits de aprendizagem. Nesse sentido, Binet, em parceria com Simon, desenvolveu a primeira escala para medida da inteligência, que ficou conhecida como Escala Binet-Simon (Campos, 2003).

Tempos depois, o Laboratório de Pedagogia Normal, recebe a visita de Edouard Claparède, que convida Helena Antipoff para integrar o Instituto de Ciências da Educação, que posteriormente viria ser o Instituto Jean Jacques Rousseau. Desse modo, a mesma abandona o curso de Medicina e passa a se dedicar exaustivamente ao estudo da educação e



da psicologia aplicada aos processos educativos. O contato com o pensamento de Claparède contribuiu significativamente para o desenvolvimento de suas idéias e ações (Campos, 2001).

Claparède (1873-1940), psicólogo e neurocientista tem sido considerado um dos precursores de um movimento educacional denominado Escola Nova (*Écoles Nouvelles*). Mais do que um modelo educacional trata-se de uma ruptura no paradigma educacional da época, contrapondo-se ao modelo tecnicista, higienista e trasmissional, propondo uma “revolução copernicana da educação”, ou seja, na relação ensino/aprendizagem, a criança deixa de girar em torno do modelo educacional passando a ocupar o centro dos processos educativos. Nessa direção, o educando deixa de ser objeto da educação e passa a ser o sujeito ativo neste processo (Di Giorgi, 1992).

Na perspectiva escolanovista, a formação vai além da aprendizagem cognitiva. Nela, são inseridos aspectos afetivos e sociais, justificando assim, a grande ênfase dada na problematização da realidade, bem como a preocupação com a formação cidadã dos educandos (Nassif & Campos, 2005). Desse modo, propunha-se formar “bons homens” para que mais tarde construíssem uma “boa sociedade”. Para tanto, grande ênfase era dada à liberdade do educando, valorizando sua participação no processo de construção do conhecimento e considerando os seus interesses pessoais.

Deve-se considerar ainda o papel que o meio rural ocupa no modelo da Escola Nova. Di Giorgi (1992) aponta que as primeiras experiências escolanovistas, antes da sua divulgação pela Europa, surgiram como pequenas experiências isoladas no final do século XIX e início do século XX, no meio rural. Assim, em internatos situados no campo, foram desenvolvidas ações que buscavam atrelar o processo educativo à realidade dos alunos. As atividades agrícolas como jardinagem, criação de animais, estudo da vegetação nativa, bem como a convivência em grupo eram valorizadas, numa tentativa de reprodução da sociedade no espaço escolar (Di Giorgi, 1992).

Dado o grande desafio ao qual se propunha – trazer à criança para o centro do processo educativo – Claparède desenvolveu inúmeros estudos e pesquisas no intuito de compreender melhor seu objeto. Para tanto contou com o auxílio de Helena Antipoff, que durante alguns anos contribuiu com o Instituto na posição de sua auxiliar.

Helena Antipoff e o contexto educacional no Brasil

Apesar da importância de Helena Antipoff no desenvolvimento do movimento escolanovista no Brasil, esta perspectiva educacional já estava em processo de implantação no país desde os anos finais do período imperial. A partir da segunda década do século XX, os ideais da Escola Nova ganham força no cenário nacional e passaram a ser difundidos em todos estados brasileiros e Distrito Federal, abrindo espaço para reflexões sobre possíveis mudanças institucionais, pautadas na transição do modelo tradicional para a perspectiva escolanovista (Nagle, 2001).



Mais do que uma mudança ideológica a perspectiva da Escola Nova favoreceu o desenvolvimento de novas práticas educativas e novas metodologias de ensino no país, inserindo no currículo escolar temáticas voltadas para a formação cívica e moral dos estudantes, valorizando a participação dos mesmos no processo educativo. Tais iniciativas atendiam à demanda da nação que, após a Proclamação da República, vivia um momento marcado pelo descrédito da população na consolidação do Estado e ainda pelo crescente e evidente analfabetismo do povo brasileiro (Nagle, 2001).

A chegada de Helena Antipoff ao Brasil deu-se em 06 de Agosto de 1929, através de um convite feito pelo Secretário do Interior, Sr. Francisco Luis da Silva Campos, num momento de grandes reflexões acerca da implantação e desenvolvimento do sistema educacional e de novas perspectivas educacionais, conhecido como Reforma Francisco Campos - Mário Casassanta (D. Antipoff, 1975). Neste período, diversos professores e pesquisadores estrangeiros foram convidados com o objetivo de trazerem e reproduzirem no Brasil novas técnicas e concepções pedagógicas desenvolvidas em outras partes do mundo (Pinto & Jacó-Vilela, 2004). Tendo em vista o desafio proposto pela Reforma, o secretário do interior recorreu ao Laboratório de Édouard Claparède, na Europa, onde enfim contratou os serviços de Helena Antipoff.

Ao chegar no país e, posteriormente, estabelecer-se no estado de Minas Gerais, Helena Antipoff depara-se com um momento de intensas e importantes transformações, sejam políticas, sociais, econômicas e culturais (Furtado, 2005). Seu pensamento e prática profissional não se deram alheios a este contexto histórico que contribuiu para o delineamento e o desenvolvimento de suas intervenções (Campos, 2003).

Na década de 1920 o Brasil ainda vivenciava sua consolidação enquanto república federativa assim como a recomposição das estruturas do poder. A partir da década de 1930, com incentivos do presidente Getúlio Vargas, presencia-se um processo de urbanização e industrialização do país, marcado pela acelerada saída da população do meio rural rumo aos centros urbanos em busca de outras oportunidades de trabalho (Ianni, 1985; Fernandes, 2006). O êxodo da população campesina contribuiu para o aumento acelerado da população nas cidades, fazendo do ingresso escolar um privilégio de poucos e um problema social. Apesar dos esforços pela ampliação do acesso e pela universalização do ensino no país, o número de vagas nas escolas mostrou-se insuficiente por várias décadas (Saviani 2007).

Durante a Reforma de Ensino foi criada, em Minas Gerais, a Escola de Aperfeiçoamento de Professores, visando a graduação de docentes normalistas com formação diferenciada, que ocupariam um importante papel na reformulação das práticas educativas no Estado. Nesse sentido, Helena Antipoff é contratada para assumir as disciplinas de Psicologia Experimental e de Psicologia da Criança, tendo explícito em seu contrato que sua principal missão seria “submeter os alunos das escolas primárias a provas



psicológicas”, visando à organização do espaço escolar a partir do desenvolvimento cognitivo dos estudantes (Campos & Quintas, 2007).

A tarefa que lhe fora designada refletia a visão higienista e excludente que imperava no início do século XX no país, tendo em vista a difusão dos conhecimentos psicológicos. Aos educadores, caberia o papel de homogeneizar as salas de aula, de modo que retirassem de suas turmas aqueles indivíduos que não se adaptassem às metodologias de ensino e avaliação do sistema educacional vigente (Pinto & Jacó-Vilela, 2004). Para tanto, valiam-se dos conhecimentos desenvolvidos pela Psicometria e Psicologia das Diferenças Individuais, sobretudo das medidas de avaliação psicológica, desconsiderando a existência de fatores sócio-culturais e institucionais que pudessem contribuir para os resultados verificados e favorecendo a discriminação dos estudantes com menores escores nas testagens.

Ao mudar-se para o Brasil, Helena Antipoff traz consigo toda a sua história - pessoal, acadêmica e profissional - proporcionando-lhe um olhar diferenciado sobre a realidade brasileira. Nesse sentido, seguia na contramão do pensamento dominante, ampliando o seu olhar para além dos aspectos físicos e cognitivos.

Já em seus primeiros escritos no país, a autora questiona o conceito de excepcionalidade, subdividindo-o em dois grupos: os excepcionais “orgânicos” e “sociais”. Nesta perspectiva, considerava como “excepcionais orgânicos” os indivíduos portadores de quaisquer tipos de deficiência de origem hereditária, biológica. Já os “excepcionais sociais” seriam aqueles sobre os quais fatores sócio-econômicos, condições de vida familiar e cultural somavam-se e contribuíam para um resultado acadêmico abaixo da curva de normalidade, ou seja, abaixo da parcela elitizada da população brasileira (Campos, 2003).

Ao deparar-se com um sistema educacional tão excludente, Helena Antipoff inicia um abrangente estudo da criança brasileira, levando em conta não apenas sua estrutura cognitiva, passando a considerar que aspectos como a miséria, abandono, pobreza e modo de vida estavam intimamente atrelados ao fracasso escolar (Campos, 2002). A autora passa então a se dedicar à elaboração de estratégias educacionais equânimes de modo a transformar a escola num espaço de inclusão social e promoção da autonomia.

Assim, os alunos eram divididos em duas classes diferentes: a primeira composta por aqueles que atingiam resultados favoráveis nos testes psicológicos, demonstrando um desenvolvimento cognitivo “saudável”. A segunda classe era composta pelos estudantes que, após avaliação psicológica, apresentavam escores abaixo da média populacional. Helena Antipoff propunha que para estes alunos, o sistema educacional deveria fornecer condições e metodologias específicas, considerando seu estado de desenvolvimento e possibilitando a aprendizagem (Campos, 2002).

Campos (1992) aponta para a importância do ideário da revolução russa, vivenciado pela autora, na orientação do seu trabalho no Brasil. Ancorados numa perspectiva marxista, psicólogos e pedagogos russos como Freinet e Pistrak, concebiam a ciência como um



poderoso instrumento de transformação da sociedade com potencial de modificar a situação de alienação do trabalho, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com os ideais de igualdade e fraternidade. Soma-se ainda, a influência do catolicismo social que valorizava a implicação dos cristãos na humanização da sociedade capitalista, através do desenvolvimento de práticas que garantissem a defesa social por meios pacíficos. Reflexos destes pensamentos podem ser percebidos em toda obra antipoffiana (Campos, 1992).

A crise no ensino fundamental e a burocratização do sistema educacional público marcaram o final da década de 1930 e início da década de 1940. Cada vez mais tornava-se explícita a necessidade da ampliação do acesso e universalização da educação formal (Nagle, 2001). Com o declínio dos investimentos no sistema educacional as estratégias propostas por Helena Antipoff corriam o risco de se voltar contra seus próprios ideais, considerando que a homogeneidade das classes poderia estigmatizar os estudantes com maiores dificuldades de aprendizagem, caso não fossem desenvolvidas estratégias específicas voltadas para os mesmos (Campos, 2003). Assim, a educadora via-se diante da necessidade de buscar novas alternativas para atingir seus objetivos e incluir as crianças excluídas por este sistema.

Concomitante, a partir da década de 1930, observa-se no Brasil o aumento da migração da população para o meio urbano, pressionando as elites brasileiras e o governo a construir estratégias de contenção deste processo migratório (Augusto & Rocha, 1994). Assim, o governo passa a priorizar a educação rural visando “combater a migração na sua fonte” (Paiva, 1987, p. 127). Nesse contexto, surgem propostas de um modelo educacional diferenciado para o campo denominado por “Ruralismo Pedagógico” que buscava a adaptação dos ideais da Escola Nova ao contexto geográfico e cultural e valores do homem do meio rural (Augusto & Rocha, 1994).

Os ruralistas viam na escola não só um espaço de alfabetização, mas também de higienização do meio rural. Distribuir medicamentos, ensinar hábitos de higiene, combater doenças endêmicas e estimular as artes populares eram procedimentos considerados essenciais ao lado do treinamento e da reciclagem de professores rurais (Augusto, 2011).

É neste contexto que Helena Antipoff volta o seu olhar para o meio rural brasileiro elegendo-o como espaço de criação e desenvolvimento de estratégias educativas. Assim, visando amparar os intitulados “excepcionais sociais” e formar professores na perspectiva escolanovista, a autora, juntamente com um grupo de médicos, educadores e religiosos, institui em 1932 a Sociedade Pestalozzi, que, ao destacar o nome deste grande estudioso, indicava sua perspectiva democrática de educação.

Pestalozzi (1746-1827) tem sido considerado um dos precursores do movimento educacional da Escola Ativa. Alicerçado nos referenciais rousseauianos esta corrente preconizava a participação ativa dos educandos no processo de ensino/aprendizagem. Desse modo, valorizava o desenvolvimento de estratégias que possibilitassem o contato das crianças com a natureza e a descoberta através da experiência (Campos, 1992).



No ano de 1940, esta Sociedade, liderada por Helena Antipoff, inaugurou a Fazenda do Rosário, localizada no município de Ibitaré, em Minas Gerais. Este seria um cenário de desenvolvimento de importantes pesquisas e intervenções da autora, no que tange à educação especial, educação rural, super dotação e criatividade, além de contribuir para a formação de professores para este contexto (Campos, 2003).

Dado seu envolvimento na luta pela ampliação do número de escolas rurais e empenho na formação de educadores para o campo, Antipoff tem sido considerada como integrante do movimento denominado “ruralismo pedagógico” que já no início do século XX delineava as primeiras propostas de educação voltada para o meio rural (Augusto & Rocha, 1994).

Revisitar a obra de Helena Antipoff faz-se necessário num momento de grandes debates sobre a inclusão e ampliação de políticas públicas de educação, marcados por programas de cotas para afrodescendentes, indígenas e camadas populares; ampliação de vagas através do REUNI e inclusão social da população campestre, tanto no nível médio quanto no ensino superior.

Não foi objetivo deste trabalho esgotar as contribuições da autora acerca da temática rural. Tentar fazê-lo seria cair no simplismo dado o grande número de trabalhos e publicações de Helena Antipoff voltado à educação e ao meio rural. Todavia, espera-se que os dados obtidos neste estudo possam contribuir para as discussões e debates que fomentarão as formulações de políticas públicas de educação e reflexão da prática do Psicólogo em contextos rurais.

Metodologia

Neste estudo foram analisados textos do quarto volume da Coletânea de Obras Escritas de Helena Antipoff, intitulado “Educação Rural”, publicado pelo Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA) em 1992. A coletânea diz respeito a uma reedição, num só volume, de diversos textos da autora, escritos entre as décadas de 1940 e 1970, nos quais são publicados seus trabalhos e pensamentos sobre a educação voltada à população rural, justificando assim, a escolha deste volume como objeto de análise.

Os textos foram lidos e analisados na perspectiva da análise de conteúdo proposta por Bardin (1976) e os resultados foram analisados nas seguintes categorias temáticas: o meio rural, o educador e o estudante, a escola e a educação.

Tratando-se de um trabalho historiográfico, priorizou-se a perspectiva da Historiografia Externalista que busca interpretar os acontecimentos “internos” na pesquisa tendo em vista o contexto “externo” no qual ocorrem, aproximando a história pessoal do autor, ao momento sócio-histórico no qual os fatos se desenvolvem (Massimi, Campos & Brozek, 1996). Nesse sentido, para uma melhor compreensão dos fatos, faz-se necessário um relato de “quem fez”, “o que fez”, “quando” e em “que lugar”, procurando responder não



apenas o que foi feito, mas ainda os motivos que impulsionaram este fazer - “os porquês” (Campos, 2009).

Resultados e Discussão

1. O Rural

Analisando os textos de Helena Antipoff, percebe-se uma visão valorativa em relação ao meio rural. Tal olhar, construído durante toda sua trajetória, sobretudo na Europa, destoava daquele, ainda presente nos discursos sociais, no qual o meio rural é representado como local atrasado, arcaico e desmerecedor da atenção pública (Fernandes, Cerioli & Caldart, 2004). Para a autora o meio rural também pode ser percebido como um espaço propício ao ensino e aprendizagem elegendo-o assim como local de sua atenção e desenvolvimento de estratégias pedagógicas: “O campo favorece o desabrochar físico e moral da juventude estudantil” (p. 171).

A beleza do ambiente natural e suas maravilhas são fatores importantes na educação artística e no despertar científico da juventude escolar, assim como o amor à terra e o gosto de seu tamanho, desde a instância, na formação da sensibilidade e do civismo (p. 171).

Todo jovem brasileiro deve ter o contato direto com a terra, com o céu azul de Minas, com a planta, as arvores, para subir nelas e descansar nos seus galhos, ver o verde dos prados e matas nas épocas das chuvas, sobretudo” (p. 201).

Todavia, a visão positiva em relação ao meio rural brasileiro não fechava os seus olhos diante dos muitos problemas enfrentados por essa parcela da população. Em outro texto a autora aponta:

Faltam ali (no meio rural), cada dia mais, meios para suprir a população com teto, água, alimentos, combustível, energia elétrica, transporte, assistência médica e escolar, empregos e meios de ganha-pão honrado (p. 9).

Urge focalizar a atenção naqueles dois terços da população que no Brasil, acham-se quase inteiramente deixados ao seu próprio destino, isso é, o roceiro, o homem do campo, auxiliando-o, com meios modernos, a permanecer ali onde nasceu, ou a fixar-se em climas e terras melhores para a lavoura (p. 10).

Helena Antipoff acreditava piamente na educação como a melhor saída para o desenvolvimento e emancipação do meio rural e seus habitantes. Desta forma apregoa:



Somente a educação, sistema organizado de influência social sobre as novas gerações e num clima de respeito e de amor poderá transfigurar a existência do homem rural e mudar sua vida onde campeia hoje a miséria (p. 122).

Seu interesse pelos sujeitos camponeses materializou-se com a criação de inúmeras instituições no próprio meio rural, como por exemplo, a Fazenda do Rosário, o Museu Escolar Rural, o Serviço de Orientação Técnica do Ensino Rural (SOTER), o Instituto Superior de Educação Rural (ISER), dentre outras que muito contribuíram, em suas palavras:

para o progresso do país pela educação integral do homem dentro do ambiente rural em via de civilização e da emancipação de sua comunidade para formas mais evoluídas de vida social, cultural e econômica (p. 153).

2. O Professor e o Estudante rural

O novo modelo de escola e de educação proposto por Helena Antipoff, alicerçado no paradigma escolanovista, exigia da Pedagogia da época professores e professoras com um novo tipo formação que não poderia ser construída apenas na academia. Tal formação deveria ser construída em suas vivências enquanto ser humano e em sua relação com a natureza.

De vista larga e preparo sólido, esses agentes do progresso social devem ser capazes de alterar o meio em que trabalham, desde a hora presente, sem deixar na espera platônica, como geralmente o faz o mestre, que as modificações se operem no futuro pelos alunos seus, chegados à idade madura (p. 14).

Deve assim o regente da escola possuir um preparo sólido, conhecimento vasto e ter uma personalidade de líder, capaz de realizar obras verdadeiramente úteis ao meio rural, abandonado à sua própria sorte (p. 79).

Que considere a sua tarefa diária como um serviço dos mais importantes no País, de repercussão infinita no meio dos seus alunos, junto ao meio tão hostil e desconfortável, mas que um dia mudará de aspecto porque tal é a finalidade de sua escola (p. 40).

Desta forma, no lugar da figura fria e autoritária, que consagra o professor como a fonte inesgotável e inquestionável do saber, o educador rural é pensado como uma figura essencial no elo entre a escola e a comunidade. Nesse sentido, Helena Antipoff aponta para o papel ativo que professor ocupa durante todo o processo de ensino-aprendizagem, considerando-o como um “agente do progresso social”, cabendo a ele “o papel social de edificar formas produtivas e mais equitativas de vida coletiva” (p. 113). “Mas sem professores convenientemente formados, as escolas rurais não podem fazer trabalho eficiente e, por conseguinte, manter a frequência” (p. 16).



Como fruto do trabalho destes docentes um novo olhar sobre aluno se estabelece: do lugar de mero espectador e receptor de saberes, os educandos passam a ocupar um lugar central e participativo no processo de ensino-aprendizagem, rumo à autonomia.

Por que não pedir ainda ao aluno suas impressões acerca da própria escola, assim como sugestões sobre coisas que ele gostaria de ter nela, estudar, conhecer fabricar? Verá a mestra como mais íntima se tornará a vida escolar, porque mais iniciativa terá a criança e com maior confiança dará opinião sobre assuntos que lhe tocam de perto (p. 46).

Não haverá inspetores de alunos e sim alunos responsáveis e educadores que os auxiliem na manutenção da ordem, como na realização das atividades escolares, do campo ou da recreação (p. 73).

Deve haver em cada indivíduo da coletividade organizada presente ao espírito a idéia de que ele é um membro ativo, cingindo do direito e da obrigação de colaborar, dar sugestões e fazer a crítica, construtiva e útil ao progresso da obra social (p. 114).

3. A Escola

Helena reconhecia o papel primordial que a escola desempenha na constituição do indivíduo:

A escola civiliza o homem, oferecendo-lhe ambientes novos e formando nele novos hábitos de vida em sociedade. A escola humaniza despertando a consciência e leva o homem a formas superiores de pensamento e de sentimentos. Como instrumento de nacionalização, a escola pública delinea a área física e moral de sua pátria e, unindo os indivíduos em grupos cada vez maiores, dita ao povo seus direitos e deveres de cidadãos (p. 122).

Todavia reconhecia a situação precária desta tão importante instituição no meio rural:

Como conhecer, porém, esta escola, perdida nas fazendas, escondida atrás dos morros, sem estradas, sem condução direta, sem pessoas que as visitem? Como ter conhecimento das escolinhas isoladas, das quais mal chegam notícias de sua existência, através de uma estatística precária e abstrata? (p. 45).

Assim, Helena Antipoff desmistifica a escola passando a questionar não apenas sua estrutura física, mas seus interesses, ideais e objetivos. A escola a ser conquistada, na visão de Helena, seria aquela que, pautada em conhecimentos práticos, levasse em conta as especificidades dos alunos, seu contexto e sua história. Desta forma, a escola rural não seria uma mera cópia das escolas dos centros urbanos, mas um novo modelo a ser construído juntamente docentes, alunos, estado e comunidade: “Aprender a solucionar os problemas do meio rural é tarefa principal da escola em zonas rurais” (p. 73).



A escola, longe de constituir uma torre de marfim de caráter privilegiado, ao contrário terá o máximo empenho de irradiar a sua influência, atuando generosamente em torno de si e prestando maior número de serviços úteis à comunidade de que faz parte geográfica ou socialmente falando (p. 65).

A boa escola leva o aluno a trabalhar com suas próprias mãos; leva-o a pensar com as mãos, a sentir, a exprimir os desejos e a revelar aptidões. Ela ajuda a reproduzir valores sociais e econômicos, preparando o homem do campo para uma vida menos dependente das contingências precárias do meio rural que o fazem fugir para a cidade (p. 157).

Neste sentido, a escola passa a ter um papel pedagógico, mas também um compromisso social com a comunidade que a acolhe: “A escola tem de irradiar em torno de si a civilização. Temos que agir pelo exemplo e melhorar a vida que nos rodeia” (p. 207).

4. A Educação

Durante toda sua trajetória, Helena Antipoff manteve viva sua ardente crença na educação como forma de mudança social e melhoria dos espaços rurais: “Estou com a fé inabalável e inabalada quanto ao futuro do Brasil e por isso creio na educação” (p. 209).

O verdadeiro progresso social, econômico, político e espiritual não se opera senão através da educação, da educação esmerada das novas gerações (p. 114).

Na miséria atual das populações rurais que invade o campo e se alastra pelo país, levando o povo brasileiro a aceitar esmolas dos países estrangeiros para não sucumbir de fome, não há mais tempo a perder: precisa-se concentrar as zonas rurais e seus problemas a atenção dos estudiosos e dos homens capazes de soluções práticas e duradouras (p. 170).

Em meio a iniciativas de se adequar os povos do campo a um modelo de educação pronto e urbanizado, Antipoff, defendia um modelo de educação que se adequasse à realidade do campo, reconhecendo aspectos como calendário agrícola, clima e outras dificuldades que poderiam dificultar o acesso a educação, aumentando assim evasão escolar.

Para cada região serão estabelecidas épocas mais apropriadas ao início das aulas e ao período de férias, dependerá isso das temporadas de grandes chuvas, de plantio e de colheitas (p. 36).

As chuvas copiosas do mês de fevereiro da zona central, principalmente, reduzem grandemente a frequência dos alunos, que tende a se normalizar a partir do mês de março ou abril (p. 33).

Não é fácil privar o lavrador pobre do braço valioso dos seus filhos nem é fácil às vezes convencer o próprio aluno de que ele precisa freqüentar a escola, enquanto lhe parece que já é homem feito e pode utilizar de sua



independência, sem ter mestres a lhe apontar como deve sentar, andar e responder (p. 39).

A educação proposta por Antipoff visava ainda o acesso da população campestre à educação na própria localidade, voltada aos seus interesses e contextos, respeitando suas idiossincrasias.

Daí a premência de um plano pedagógico a ser executado todo ele *no próprio campo*, com o aproveitamento máximo do elemento humano *oriundo do mesmo, vinculado a ele* por laços de tradição e inclinado à existência mais rústica por características pessoais (p. 72, grifos nossos).

Considerações Finais

A luta pelo direito da população campestre à educação continuou e novas histórias foram narradas e vivenciadas no cenário brasileiro. A partir das décadas de 1950 as contradições sociais, políticas e econômicas de desenvolvimento no Brasil se aprofundam, sobretudo a partir do projeto da ditadura militar, passando pelo processo de industrialização e urbanização, aliado à “modernização conservadora” da agricultura. Este projeto se configurou no Brasil como uma proposta que buscava desenvolver as bases tecnológicas e as forças produtivas no meio rural sem, contudo, alterar a estrutura fundiária no país, altamente desigual e de concentração de terras nas mãos de poucos (Augusto, 2011).

Na década de 1960, as propostas educativas voltadas para as populações do meio rural e defendidas pelo movimento do “ruralismo pedagógico”, desde o início do século XX, perdiam forças, sendo substituídas pela perspectiva da “extensão rural” (Fonseca, 1985). O modelo extensionista buscava o desenvolvimento através da educação comunitária de jovens e adultos visando “mudar a mentalidade” e os padrões de consumo tecnológicos, bem como aumentar a produtividade e modernizar a agricultura dos países americanos tidos como “subdesenvolvidos”.

Com ênfase na extensão, o tema da educação formal do meio rural passa a ser de responsabilidade dos municípios. Estes, com poucos recursos, apoio e orientação técnica perpetuaram o quadro de isolamento das escolas, contratação de professoras leigas e mal remuneradas, instalações inadequadas e falta de interesse político de investimento em recursos financeiros na educação rural. Tais problemas, ainda hoje, são enfrentados pelas populações no campo brasileiro (Szmrecsányi & Queda, 1979; Augusto, 2011).

Percebe-se aqui uma ruptura histórica nas políticas públicas educacionais para as populações rurais (Fonseca, 1985). Houve um corte no projeto dos ruralistas para a escolarização das populações do campo, optando-se pela educação de adultos e o desenvolvimento comunitário. Experiências como as de Helena Antipoff, em Minas Gerais, perderam forças e visibilidade neste momento histórico. Desse processo e contexto, resultou a invenção da representação da “escolinha rural” pobre e precária, ainda presente no



imaginário social, inclusive de gestores públicos, que teve como consequência prática o baixo investimento na escola e nos serviços básicos dirigidos à população campestre, percebida pelas elites econômicas e políticas, como resíduo social, fadada à extinção (Augusto, 2011).

Contudo, ao revisitar a obra de Antipoffiana, observa-se que a autora deixou-nos um legado de grandes contribuições seja no âmbito da Psicologia, da Educação ou na interface de ambas as áreas de conhecimento. Sua visão acerca do meio rural rompeu com os paradigmas excludentes e higienista de sua época, fazendo emergir as necessidades e os potenciais dos povos do campo. Todavia, não ficou apenas nas idealizações. Sua obra funde-se com a concretude de seu trabalho, materializado nas diversas instituições, como a Fazenda do Rosário, o Serviço de Orientação Técnica do Ensino Rural (SOTER) e o Instituto Superior de Educação Rural (ISER).

Na mesma direção que os pedagogos progressistas de seu tempo, Helena Antipoff elegeu o meio rural como um espaço favorável para o desenvolvimento de ações, sobretudo para aquelas voltadas para crianças com deficiências físicas e déficits cognitivos (Campos, 1992). Seu interesse por este público específico encontra força no momento sócio-político vivenciado no Brasil, que segundo Jannuzzi (2006), era marcado pelo surgimento de instituições públicas, privadas e, sobretudo, filantrópicas e religiosas que buscavam acolher as “crianças excepcionais”.

Apesar do caráter inovador, progressista e democrático das ações desenvolvidas pela autora, estudos apontam para resquícios do pensamento higienista em algumas práticas desenvolvidas na Fazenda do Rosário (Rafante & Lopes, 2008; Rafante & Lopes, 2009). Deve-se considerar que, Helena Antipoff, enquanto cidadã imersa em um contexto sócio-histórico, também esteve aberta às implicações do momento sócio-político e ao modelo educacional vigente no início do século XX. Entretanto, como aponta Campos (2003) seu trabalho vai além do modelo educacional hegemônico, construindo novos campos e perspectivas de trabalho.

Ao ressignificar o conceito de “excepcionalidade” chamou a atenção para o abandono político em que os habitantes rurais viviam, sendo esta uma grande fonte de sua indignação (Pinto & Jacó-Vilela, 2004). Antipoff acreditava num desenho de educação que pudesse contribuir para a mudança das condições políticas, econômicas e culturais que viviam a população rural brasileira, além de defender uma escola atrelada à realidade do aluno, visando a emancipação e autonomia dos educandos.

Seu ardor pelos povos do campo esteve presente até o final da sua vida. “Antes de ir-me embora e desaparecer no túmulo da Capelinha do Canal, que eu possa ainda ajudar, para tornar esta fazenda do Rosário um local em que o esforço, para o bem seja desenvolvido” (H. Antipoff, 1992, p. 204).

Analisando sua bibliografia percebe-se o quanto o meio rural esteve presente em sua trajetória, seja nas discussões políticas da Revolução Russa, nos autores lidos na infância ou



nas peças de teatro presenciadas ainda na Adolescência. Sua sensibilidade foi construída a partir das suas experiências profissionais, sobretudo após sua inserção no Instituto Jean Jacques Rousseau, cujos ideais podem ser encontradas em toda obra antipoffiana. O trabalho de Helena Antipoff não termina com sua morte. Ele transcende as barreiras do tempo, se refazendo através daqueles que olhando o passado, vêem nele inúmeros erros e acertos que precisam ser repensados.

Ao olharmos para o passado percebemos que Helena Antipoff esteve à frente de seu tempo semeando seus ideais que começam a ser colhidos nas conquistas dos povos do campo às políticas de educação: seja a educação básica ou a de nível superior (Antunes-Rocha & Martins, 2009). Muito há que se plantar, adubar e regar. Todavia muitos frutos estão sendo colhidos e alimentando novos agricultores na seara do saber. Assim: “é preciso tirar do passado as lições para o futuro” (João Paulo II, citado por Antipoff, 1992, p. 155).

Referências

- Antipoff, D. I. (1975). *Helena Antipoff: sua vida/sua obra*. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- Antipoff, H. (1992). *Educação rural* (Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, Org.). Belo Horizonte: Imprensa Oficial.
- Antunes-Rocha, M. I. & Martins, A. A. (2009). *Educação do campo: desafios para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Augusto, R. C. & Rocha, M. I. A. (1994). O significado da experiência do ISER no contexto da educação rural no Brasil. *Boletim do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff*, 14(12), 27-33.
- Augusto, R. C. (2011). *Aprender na prática: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no sertão, norte de minas, nas últimas três décadas*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Bardin, L. (1976). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70.
- Campos, R. H. F. (1992). Helena Antipoff: da orientação sócio-cultural em psicologia a uma concepção democrática de educação. *Psicologia Ciência e Profissão*, 12(1), 4-13.
- Campos, R. H. F. (2001). Helena Antipoff (1892-1974): a synthesis of swiss and soviet psychology in the context of brazilian education. *History of Psychology*, 4(2), 133-158.
- Campos, R. H. F. (2002). *Helena Antipoff: textos escolhidos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Campos, R. H. F. (2003). Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação. *Estudos Avançados*, 17(49), 209-231.



- Campos, R. H. F. (2009). História da psicologia e história da consciência através do estudo das representações sociais. *Memorandum*, 16, 77-84. Recuperado em 08 setembro, 2009, de www.fafich.ufmg.br/memorandum/a16/campos02
- Campos, R. H. F. & Quintas, G. A. (2007). O ensino de psicologia para educadores em Minas Gerais: a experiência de Helena Antipoff (1930-1987). *Mosaico: estudos em Psicologia*, 1(1), 61-76.
- Di Giorgi, C. (1992). *Escola nova* (3a ed.). São Paulo: Ática.
- Fernandes, B. M., Cerioli, P. R. & Caldart, R. S. (2004). Primeira conferência nacional por uma educação básica do campo. Em M. G. Arroyo, R. S. Caldart & M. C. Molina. (Orgs.). *Por uma educação do campo* (pp. 19-62). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fernandes, F. (2006) *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (5a ed.). São Paulo: Globo.
- Fonseca, M. T L. (1985). *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola.
- Ianni, O. (1985). *O ciclo da revolução burguesa* (2a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lourenço, E. (2001). *A psicologia da educação na obra de Helena Antipoff: uma contribuição para a historiografia da psicologia*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Manacorda, M. A. (1995). *História da educação: da antiguidade aos nossos dias* (4a ed.) São Paulo: Cortez.
- Massimi, M., Campos, R. H. F. & Brozek, J. (1996). Historiografia da psicologia: métodos. Em R. H. F. Campos (Org.). *História da psicologia: pesquisa, formação, ensino* (pp. 29-56). São Paulo: Educ.
- Nassif, L. E. & Campos, R. H. F. (2005). Édouard Claparède (1873-1940): interesse, afetividade e inteligência na concepção da psicologia funcional. *Memorandum*, 9, 91-104. Recuperado em 08 setembro, 2009, de www.fafich.ufmg.br/memorandum/a09/nassifcampos01
- Nassif, L. E. & Nunes, M. T. (2008). *Formação de professores: diálogos com a experiência antipoffiana*. Belo Horizonte: Puc Minas.
- Nagle, J. (2001). *Educação e sociedade na primeira república* (2a ed.). Rio de Janeiro: DP&A.
- Paiva, V. (1987). *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola.



Pinto, K. P. & Jacó-Vilela, A. M. (2004). Educação para a liberdade: um projeto de Helena Antipoff. *Mnemosine*, 1, 179-184. Recuperado em 08 setembro, 2009, de www.cliopsyche.uerj.br/livros/cli01/educacaoparaaliberdade.htm

Rafante, H C. & Lopes, R. E. (2008). Helena Antipoff e a Fazendo do Rosário: a educação pelo trabalho de meninos “excepcionais” na década de 1940. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 19(3), 144-152.

Rafante, H. C. & Lopes, R. E. (2009). Helena Antipoff e a educação dos “excepcionais”: uma análise do trabalho como princípio educativo. *Revista Histedb On-line*, 33, 228-252. Recuperado em 08 abril, 2010, de www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art15_33

Saviani, D. (2007). *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados.

Szmrecsányi, T. & Queda, O. (Orgs.). (1979). *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural* (3a ed.). São Paulo: Nacional.

Nota sobre os autores

Alberto Mesaque Martins - Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário UNA de Belo Horizonte, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo e Sustentabilidade da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG) – Brasil. Contato: albertomesaque@yahoo.com.br

Rosely Carlos Augusto - Psicóloga (UFMG), Mestre em Psicologia Social (UFMG), Doutora em Educação (FAE-UFMG) e membro da Rede Educação Cidadã – Brasil.

Maria Isabel Antunes-Rocha - Psicóloga (UFMG), Mestre em Psicologia Social (UFMG), Doutora em Educação. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG) e Coordenadora do EduCampo (FAE/UFMG) – Brasil.

Data de recebimento: 18/10/2010

Data de aceite: 11/05/2011